



## LEI Nº 492, DE 12 DE SETEMBRO DE 2017

### **Dispõe sobre o valor e pagamento de Requisições de Pequeno Valor - RPV, expedido pelo Poder Judiciário, em face do Município de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica definido como valor limite para pagamento das Requisições de Pequeno Valor - RPV pelo Município de Campina Grande do Sul - PR, suas Autarquias ou Fundações, nos termos do art. 100, § 3º e § 4º, da Constituição Federal, a importância de até 10 (dez) salários mínimos, cujo total engloba o valor principal atualizado, mais juros.

Parágrafo único. Consideram-se Requisições de Pequeno Valor - RPV, os débitos ou obrigações decorrentes de decisões judiciais, transitadas em julgado expedidas mediante ofício requisitório pelo Poder Judiciário, em ações que condenaram o Município, suas Autarquias ou fundações.

**Art. 2º** O Requerimento deverá ser instruído com a Requisição/Certidão de Pequeno Valor (RPV) original, expedida pelo Cartório ou Secretaria, com a demonstração do trânsito em julgado do processo respectivo, a discriminação dos valores devidos, bem como a inexistência de expedição de precatório requisitório ou de outra RPV para o mesmo crédito em questão.

**Art. 3º** Os pagamentos das Requisições de Pequeno Valor - RPV, serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

**Art. 4º** O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado, no prazo máximo de 60(sessenta) dias, contados da apresentação do requerimento, devidamente protocolado, junto à Secretaria de Administração Finanças e Planejamento.

**Art. 5º** A Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento somente poderá efetuar os pagamentos após manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município, que velará para que, nos autos dos processos em que o Município for condenado, não ocorra fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, vedados pelo § 8º do art. 100 da Constituição Federal, sem prejuízo da faculdade de o credor renunciar ao crédito de valor excedente ao fixado no parágrafo único do artigo 1º desta Lei, para receber através de RPV.

**Art. 6º** Para os pagamentos de que trata esta Lei, será utilizada a dotação própria consignada no

orçamento.

**Art. 7º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campina Grande do Sul, 12 de setembro de 2017.

BIHL ELERIAN ZANETTI

Prefeito Municipal

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/09/2017*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*